

---

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA  
SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA,  
A REALIZAR EM MADRID EM NOVEMBRO DE 1980**

---

---

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA  
SOBRE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA,  
A REALIZAR EM MADRID EM NOVEMBRO DE 1980

---

Pelo Conselheiro do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América a Honorable Rozanne J. Ridgway, no Instituto da Defesa Nacional, em 23 de Outubro de 1980.

Gostaria de falar-lhes sobre a forma como o meu Governo encara a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Ao fazê-lo, espero transmitir-lhes alguma coisa sobre a forma como os EU encaram a reunião de Madrid e a inter-relação entre direitos humanos, segurança, e outros aspectos da CSCE (Conference on Security and Cooperation in Europe).

A assinatura do Acordo de Helsínquia pelos chefes responsáveis pelo destino de 35 nações, há cinco anos, constituiu o culminar de um processo e o iniciar de outro. A União Soviética vinha lançando ideias para uma Conferência sobre Segurança Europeia desde a década de 50; mas a sua versão de tal encontro era, ao tempo, completamente inaceitável para o Ocidente. O que os Soviéticos tinham em mente, obviamente, era um fórum que não incluía os Estados-Unidos e o Canadá e que ratificasse o domínio soviético da Europa Oriental e as fronteiras nacionais que tinham resultado da II Guerra Mundial. O Ocidente, correctamente, viu na iniciativa soviética uma tentativa para enfraquecer os laços entre a Europa e a América do Norte e para pôr carimbo de aprovação nas alterações territoriais levadas a cabo pelo exército soviético. Gradualmente, por altura dos últimos anos da década de 60, a proposta soviética foi transformada e o relaxamento das tensões Leste-Oeste tornou a conferência uma possibilidade mais realística. O Oeste insistiu para que os Estados Unidos e o Canadá fossem incluídos em qualquer conferência e para que fosse considerada uma agenda mais ampla. Finalmente, a aceitação de uma reunião pelo Ocidente foi condicionada a uma melhoria na situação em Berlim e a progressos no controlo de armamento. Depois de todas estas condições terem sido aceites, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa começou a ser preparada em 1973. Logo que se iniciaram negociações formais, os países ocidentais tomaram a liderança apresentando direitos humanos e medidas humanitárias

e insistindo pela sua inclusão no Acordo Final. O Ocidente esteve também na origem de medidas para fomentar confiança, com a intenção de diminuir as tensões militares pela remoção do segredo que envolvia as actividades militares. Constituíram uma novidade nessa altura; agora são alvo de interesse muito generalizado. Até a União Soviética é presentemente um proponente de medidas para fomentar confiança.

Como fiz notar anteriormente, o Acordo de Helsínquia não foi apenas o fim de um processo, mas também o início de outro. O Acordo tornou os direitos humanos um ponto importante e legítimo da agenda internacional. Definiu um alto critério pelo qual todos os signatários concordaram em ter as suas acções apreciadas no futuro, e uma base para o desenvolvimento da cooperação Leste-Oeste em muitos campos, incluindo o humanitário. Enquanto proíbe tentativas para alterar fronteiras nacionais pela força, admite, explicitamente, a possibilidade de alterações pacíficas. Uma cláusula particularmente importante do Acordo garante que os países CSCE não podem comprometer-se a respeitar os nobres objectivos nele definidos para seguidamente os esquecerem. Esta cláusula foi a que estabeleceu que se realizariam futuras conferências para analisar o cumprimento do Acordo e determinar que outros passos podem ser dados no sentido de aumentar o respeito dos estados participantes pelos compromissos assumidos. A primeira daquelas reuniões teve lugar em Belgrado, em 1977 e 1978. A segunda terá início em Madrid em 11 de Novembro.

Porque os Estados Unidos acreditam na importância do Processo de Helsínquia, iremos a Madrid e prosseguiremos os seguintes objectivos:

- Encorajar o progresso real e substancial no campo dos direitos humanos, durante e depois do encontro;
- Conduzir uma completa e franca análise do cumprimento do Acordo, particularmente das suas estipulações humanitárias. Não desejamos polémicas estéreis; os nossos esforços terão por intenção promover o progresso prático — não a propaganda;
- Promover o género de medidas de segurança que ponham em relevo, concretamente, a segurança de todos os estados participantes e não interfiram com o poder defensivo da NATO;
- Apresentar objectivos económicos ocidentais, tais como obter melhor troca de informação económica entre o Leste e o Oeste e melhorar as facilidades para negociar no Leste;

- Manter o equilíbrio entre as várias partes do Acordo, de forma a que não predomine qualquer dos seus elementos constituintes;
- Assegurar a continuação do processo da CSCE pela obtenção de acordo para a realização de outros encontros complementares.

Os Estados Unidos não estão satisfeitos com a evidência quanto ao cumprimento do Acordo de Helsínquia observada até agora; acreditamos, portanto, ser essencial que na reunião de Madrid seja feita pressão para melhorar esta situação. Os países NATO partilham este ponto de vista e concordam com esta atitude. Contudo, em Madrid serão feitos esforços para dividir a Aliança Atlântica. Não podemos permitir que tais esforços tenham sucesso.

Examinarei agora brevemente os «mais» e os «menos» dos resultados do Acordo de Helsínquia, durante os cinco anos da sua existência. Devo admitir francamente que os resultados têm sido vários. Tem havido real melhoria nalgumas áreas. Noutras, a situação tem estado estática. Noutras, ainda, têm ocorrido graves recuos.

É principalmente na área do Lote III (contactos humanos), e não na do Princípio Sete (liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de opinião), que se tem verificado algum progresso no cumprimento dos objectivos pretendidos pelas disposições sobre direitos humanos do Acordo. Desde que o Acordo de Helsínquia foi assinado, milhares de pessoas da Europa Ocidental têm-se reunido aos seus familiares no Ocidente, seja em vista temporária ou para residir em permanência. Por exemplo, a emigração da Roménia, que oficialmente a desencoraja, aumentou mesmo assim substancialmente a partir de 1975. Em particular no ano passado, a República Democrática Alemã e a Checoslováquia fizeram notáveis esforços para resolver os seus mais importantes casos de reunião de famílias, em colaboração com os Estados Unidos e, cremos que, com outros países. A Hungria vem mantendo há muito tempo uma política de emigração que respeita, de uma maneira geral, os objectivos do Acordo. Mesmo na União Soviética, onde em muitos aspectos o cumprimento dos acordos tem sido o pior de entre os Estados do Leste, houve alguma evolução positiva. Em 1979, a emigração de judeus da URSS atingiu o nível recorde de 50 000. No entanto este nível caiu seguidamente, de forma drástica, e os Estados Unidos, em Madrid, procurarão obter uma explicação e um compromisso para inverter aquela tendência negativa.

O lado escuro dos registos de Helsínquia é, também, da mesma forma evidente. O ano passado a União Soviética inaugurou uma nova e severa campanha contra todos os tipos de dissidentes. Depois de uma pausa, durante os Jogos Olímpicos de Moscovo, essa campanha foi reiniciada. Muitos activistas soviéticos dos direitos humanos têm sido detidos, condenados a prisão ou exilados. O prémio Nobel Dr. Adrei Sakharov foi banido para a cidade fechada de Gorki e cortados todos os seus contactos exteriores. Mais de 40 cidadãos soviéticos encontram-se presos por terem ousado fazer parte de um grupo destinado a verificar o cumprimento, pelo seu país, do Acordo de Helsínquia. Activistas religiosos foram também presos pela URSS. A União Soviética recomeçou recentemente a interferir a «Voz da América» e certos outros programas de rádio. Na Checoslováquia, o movimento «Carta de 77» continua a ser atacado e esmagado pelas autoridades.

A reunião de Madrid tem lugar sob uma sombra criada pela invasão soviética do Afeganistão, uma invasão que violou os princípios mais profundos do Acordo de Helsínquia. Um certo número de preceitos fundamentais do comportamento internacional civilizado estão incluídos numa declaração de dez Princípios contidos no Acordo. A invasão e ocupação soviética do Afeganistão violou grande parte desses princípios, como sejam o direito à autodeterminação, a não utilização do recurso à força e a inviolabilidade das fronteiras. Os soviets não podem continuar a afirmar que as relações Leste-Oeste não são afectadas pelo que fazem em quaisquer outras áreas do Mundo. A agressão soviética em qualquer área destrói gradualmente a confiança que constitui a base para o desenvolvimento da verdadeira segurança e cooperação na Europa. Nem pode a União Soviética argumentar que os outros países nada têm a ver com o tratamento que dá aos seus próprios cidadãos. Pelo contrário, o Acordo de Helsínquia estabelece claramente os direitos humanos como uma obrigação internacional, uma obrigação que a União Soviética adoptou livremente.

Fora da área controversa dos direitos humanos tem havido evoluções positivas. Em Novembro de 1979 foi assinado um Acordo sobre Poluição do Ar de Grande Alcance, para Além-Fronteiras. Isto constitui um resultado muito importante conseguido no campo do ambiente. No sector da segurança todos os estados participantes cumpriram a sua obrigação de notificar a execução de certos tipos de manobras militares, e alguns voluntariamente enviaram notificações que não eram estritamente exigidas pelo Acordo.

E tornar-se-ia supérfluo afirmar que se verificou bastante intercâmbio nos campos da ciência, educação e cultura — o que resultou do encorajamento fornecido pelo Acordo.

A despeito dos resultados serem variáveis até agora, a CSCE tem-se mostrado, e continua a ser, um valioso instrumento para promover os objectivos do Ocidente no campo dos direitos humanos. Os Estados Unidos irão para Madrid com o propósito de procurar discussões francas e sérias sobre os problemas da execução do Acordo em todas as áreas atrás mencionadas. Em virtude do Acordo e do processo que ele pôs em marcha, os Governos Europeus do Leste, em particular, tornaram-se mais sensíveis à opinião externa sobre o seu procedimento no campo dos direitos humanos. Esta sensibilidade pode actuar como um travão às mais flagrantes violações das suas próprias leis e das normas ocidentais aceites, normas que são, elas próprias, aprovadas como regras de procedimento no Acordo.

A reunião de Madrid proporcionará também uma oportunidade para a consideração de novas propostas concretas para destacar a importância do cumprimento do que foi estabelecido no Acordo no campo dos direitos humanos e dos contactos humanos. Na NATO estamos a trabalhar intimamente num certo número de ideias específicas que, esperamos, constituirão o núcleo de propostas negociadas e acordadas em Madrid. Entre os assuntos que gostaríamos de ver tratados estão:

- Aumento da importância do papel dos direitos humanos na CSCE, com maior destaque para os direitos humanos individuais;
- Reafirmação e alargamento do papel dos cidadãos privados na CSCE;
- Formas específicas de facilitar a circulação de pessoas e promover a reunião de famílias;
- Melhoria no acesso à informação e maior liberdade que permita aos jornalistas exercer a sua profissão sem interferências.

Estes tópicos podem constituir pontos de acordo tanto em Madrid como noutras actividades posteriores complementares, dentro do contexto da CSCE.

Estas propostas apresentam importantes preocupações do Ocidente, no âmbito da CSCE, em áreas que o Leste considera sensíveis. Não será fácil negociar com os soviéticos progressos significativos nesta área em que certamente patrocinarão ideias diferentes e talvez inaceitáveis.

Ao mesmo tempo, estamos interessados noutros problemas cobertos pelo Acordo, para além dos direitos humanos, entre eles o da segurança e os do Lote II que se refere à cooperação nos campos da economia, ciência, tecnologia e ambiente. Há razões, reais e táticas, pelas quais não devemos negligenciar estas áreas.

*No aspecto real*, a singularidade do processo CSCE reside na ligação que estabelece entre a cooperação no campo dos direitos humanos e a cooperação noutros campos, tais como o económico e da segurança. O amplo conceito contido no Acordo é o seguinte: a verdadeira paz e segurança só podem passar a existir quando os signatários do Acordo se tornarem membros de uma comunidade de nações estruturadas em princípios comuns confiança mútua e cooperação, benéficas para todos. Na nossa opinião, a força e a vitalidade da CSCE dependem da capacidade de realização de progressos em todas as áreas do Acordo.

Há também *razões táticas* para não negligenciar áreas fora do campo dos direitos humanos. Se se desejar manter pressão efectiva sobre os países do Leste, o Ocidente deve estar *unido* nas suas insistências para uma melhoria na aplicação dos direitos humanos no Oriente Europeu. Por exemplo, no Forum Científico de Hamburgo, em Fevereiro último, os soviets foram defrontados por um coro Ocidental protestando contra violações do Acordo, e particularmente contra o exílio do Dr. Sakharov. Naquelas circunstâncias, com os participantes Ocidentais clamando com uma só voz, a reunião tornou-se uma das de maior sucesso que se realizou sob a égide da CSCE. Nenhum de nós poderia ser tão eficiente sozinho. É por isso que desejamos levar a unidade e a atitude firme, pragmática, até Madrid.

Os aliados NATO, tanto, da Europa como da América do Norte, e outros estados da CSCE, acreditam nos direitos humanos. Lutámos tenazmente para que os direitos humanos fossem incluídos no Acordo. Mas na Europa Ocidental é também dado particular relevo aos aspectos económicos e de segurança do Acordo. Estes são aspectos importantes do processo de Helsínquia. Nós encaramos estes interesses europeus seriamente. Como disse o presidente Carter num importante discurso na CSCE, em 29 de Julho, ... «a paz e a luta pelos direitos humanos não podem ser fortalecidas uma sem a outra. Não pode fazer-se avançar com sucesso uma independentemente da outra».

O interesse pelos problemas de segurança tornou-se particularmente evidente a partir dos fins do ano passado, à medida que aumentou o apoio Europeu para uma reunião, a seguir-se à de Madrid, para discussão de medidas para fomentar a confiança. As CBMs (Confidence Building Measures) têm a finalidade de aumentar a estabilidade e a confiança, estabelecendo, por exemplo, que os estados devem notificar os outros estados participantes na CSCE sobre manobras militares que estejam planeadas, trocar informações sobre os efectivos e a localização de unidades militares e, talvez, limitar certos tipos de actividade militar. Há algumas CBMs que já constam no Acordo, como seja a que determina a obrigatoriedade de notificação prévia de manobras que envolvam mais do que 25 000 homens. Contudo, as potencialidades das CBMs ainda não foram completamente exploradas.

Muitos europeus crêem que há muito a ganhar com a expansão e fortalecimento de medidas para fomentar a confiança, para além das já incluídas no Acordo. Concordamos com os que acreditam que poderão advir benefícios para a segurança pela expansão daquelas medidas. Temos estado a trabalhar com os nossos aliados da NATO para projectar medidas que melhorem a nossa segurança. A Aliança concluiu que tais medidas devem ser militarmente significativas, verificáveis, e aplicar-se do Atlântico aos Urais. Isto significa a inclusão da parte europeia da União Soviética.

Ao mesmo tempo, há dificuldades potenciais para os Estados Unidos nas propostas para reuniões sobre segurança, a realizarem-se depois de Madrid. A principal destas é a possibilidade de que a segurança possa ser retirada do âmbito da CSCE e passar a constituir responsabilidade de um forum separado, alterando assim o equilíbrio entre os direitos humanos e as medidas económicas e de segurança, que julgamos ser necessário para a subsistência do Acordo em bases saudáveis. Portanto, não podemos considerar nenhuma reunião pós-Madrid que não seja, firme e explicitamente, parte do processo CSCE. Mas também estamos preocupados com a possibilidade de que tal intensa e aberta iniciativa na área da segurança possa distrair a atenção do problema dos direitos humanos e mudar o centro das atenções, que nós acreditamos dever ser mantido na CSCE. Assim, cremos que a actividade na área da segurança deve constituir parte de uma apresentação equilibrada na reunião de Madrid.



A invasão soviética do Afeganistão fez aumentar a nossa prudência quanto a uma reunião sobre segurança. Mas, do nosso ponto de vista, a invasão não significa a exclusão dessa ideia. Devem ser continuadas negociações, que são claramente do nosso interesse, durante este período de tensão Leste-Oeste; nesta base, temos continuado os nossos esforços no campo das Reduções Mútuas Equilibradas de Forças (MBFR — Mutual Balanced Force Reductions) e estamos começando a discutir limitações negociadas sobre Armas Nucleares de Teatro de Operações (TNW — Theater Nuclear Weapons).

Presentemente, quando nos reunimos, continua o trabalho no âmbito da nossa aliança sobre a questão de como a segurança e os outros aspectos da CSCE devem ser tratados na reunião de Madrid. Não tentarei dizer-vos que este processo conduziu a um completo e acabado «pacote» para Madrid em Novembro. Por exemplo, os Estados Unidos têm continuado a reservar a sua posição sobre a questão de uma reunião pós-Madrid para tratar do problema da segurança. Mas têm-se feito grandes progressos e estou confiante em que o Oeste se manterá unido em Madrid.

O Acordo também prevê o aumento de cooperação entre os estados participantes no campo da economia, ciência e tecnologia, e ambiente. O Lote II cobre problemas de interesse para nós e, particularmente para a nossa comunidade comercial, no campo das trocas Leste-Oeste. Estes problemas incluem a disponibilidade de informação económica e comercial obtida em tempo e completa, acesso aos compradores e às pessoas que tomam as decisões no Leste, e razoáveis condições de trabalho e boas condições de vida para os representantes comerciais na Europa Ocidental. Estão também no âmbito do Lote II problemas análogos no campo da ciência e tecnologia. Nalguns países tem havido progressiva melhoria nalgumas áreas do Lote II, e nalgumas áreas a implementação tem-se deteriorado. O processo CSCE dá-nos oportunidade de continuar a pressionar no sentido de que sejam feitos novos melhoramentos.

Em Madrid pretendemos conseguir um exame completo da execução das determinações do Lote II que apresentem interesses do Oeste, especialmente no que respeita a facilitar o comércio vantajoso. Esperamos pressionar os países do Leste no sentido de fornecerem mais e melhores informações utilizáveis pelas organizações comerciais do Oeste para desenvolvimento das trocas com o Leste e para simplificar os obstáculos aos contactos

entre representantes comerciais e industriais do Leste e Oeste. Cremos que Madrid pode também auxiliar a melhorar as relações com aqueles países da Europa de Leste que procuram relações mais íntimas e férteis connosco. Além disso, acreditamos ser importante que o Lote II receba cuidadosa e construtiva atenção, de forma a manter a integridade da CSCE como um todo.

A invasão soviética do Afeganistão também tornou a nossa tarefa muito mais difícil no que respeita ao segundo Lote. Obviamente, a atmosfera pós-Afeganistão não é propícia a iniciativas de largo alcance na área coberta pelo Lote II; os sovietses estragaram a atmosfera propícia à cooperação e tornaram necessária a aplicação de sanções no campo económico com a finalidade de aumentar, para eles, o custo desta violação da lei internacional. Nós sabemos, contudo, que a CSCE não é um acordo bilateral EUA-URSS. É um acordo que condiciona as relações entre todos os signatários. Não desejamos prejudicar as potencialidades de boas relações com, por exemplo, os países da Europa de Leste por causa de uma política soviética sobre a qual eles não têm influência.

O Ocidente será, indubitavelmente, confrontado em Madrid com críticas da União Soviética por causa das nossas sanções afegãs. Já há sinais de que os sovietses as condenarão como contrárias ao espírito e à letra do Acordo. Não vemos as coisas dessa maneira. O Acordo não existe num vácuo. As violações de princípios básicos do Acordo não podem deixar de abalar a confiança na qual deve estruturar-se a cooperação internacional. A longo prazo, esperamos que as sanções que impusemos aos sovietses os convencerão de que o preço da agressão é muito mais alto do que pensavam e os persuadirão a conduzir a política externa no respeito pelos princípios do Acordo. Quando o procedimento soviético o tornar novamente possível, nós estamos prontos a avançar rapidamente nas áreas de cooperação cobertas pelo Lote II.

Em 9 de Setembro os 35 países da CSCE começaram a encontrar-se para realizar o trabalho de base, nos aspectos organizacional e processual, para a reunião principal de Madrid, que começa em Novembro. A finalidade da reunião preparatória é a definição dos procedimentos e da agenda para a reunião principal. O nosso objectivo mais importante na reunião preparatória é o desenvolvimento dum plano para a conferência principal que, tal como em Belgrado, forneça ampla oportunidade para uma completa

troca de pontos de vista sobre o cumprimento do Acordo e, também, tempo para serem consideradas novas propostas.

Decorreram já sete semanas desde a reunião preparatória. Até agora, a intransigência dos soviéticos e do Leste bloquearam todo o progresso. Os soviéticos insistem num completamente inaceitável esquema para a reunião principal que reduziria drasticamente o tempo disponível para examinar os problemas de implementação. Claramente, com esta posição os soviéticos esperam limitar a atenção dada à invasão do Afeganistão e ao seu procedimento no campo dos direitos humanos. O Ocidente, incluindo os estados neutros e não alinhados, é unânime em rejeitar esta posição. Pisamos terreno firme quando advogamos que os procedimentos que serviram bem na reunião complementar de Belgrado — procedimentos aceites por todos os 35 países CSCE, incluindo a União Soviética — continuam a ser adequados para Madrid. Estamos confiantes que a União Soviética e os Estados que a apoiam acabarão por concordar com uma solução razoável. Isso permitirá dispor de amplo tempo para que na reunião principal sejam examinados os registos do cumprimento dos compromissos de Helsínquia e permite ainda uma cuidadosa apreciação de novas propostas. Contudo, para atingir os seus objectivos o Ocidente deve continuar a ser paciente e persistente. A reunião preparatória teria estabelecido uma sólida base para a conferência principal, em Novembro, na qual a mesma persistência e unidade, por parte do Ocidente, será necessária para atingirmos os nossos objectivos.

Em resumo, a nossa posição em relação ao encontro principal inclui vários elementos: antes de mais nada, queremos assegurar que seja mantido o equilíbrio no processo de Helsínquia; nada deve distrair a atenção que é, apropriadamente, concedida aos direitos humanos. Contudo, dentro desta estrutura, gostaríamos de avançar, prudente e utilmente, na área da segurança e na dos problemas cobertos pelo Lote II, incluindo a cooperação em assuntos económicos. A atmosfera criada pela invasão soviética do Afeganistão tornou-nos mais cautelosos e menos ambiciosos naquelas áreas, mas acreditamos que devemos trabalhar conjuntamente com os nossos aliados europeus e apoiar iniciativas que possam, potencialmente, beneficiar-nos a todos. Só desta forma podemos caldear a espécie de aproximação,

unificada, total e efectiva do Ocidente aos problemas da CSCE, que produza os resultados que todos desejamos.

*Rozanne J. Ridgway*

Conselheiro do Departamento de Estado  
dos Estados Unidos da América do Norte